

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 4.547, DE 2012

(Apensados: PL nº 7.026/2013, PL nº 126/2015, PL nº 260/2015, PL nº 640/2015, PL nº 8.428/2017 e PL nº 1.352/2019)

Altera o § 1º do art. 7º da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e dá outras providências.

Autor: Deputado LINCOLN PORTELA

Relator: Deputado KIM KATAGUIRI

I - RELATÓRIO

Trata-se de proposição que altera o § 1º do art. 7º da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para admitir o registro de estatuto de partido político apenas quando este tenha caráter nacional. Segundo o texto, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondente a, pelo menos, *um por cento do eleitorado nacional*, distribuído pelo menos por *nove Estados*, com não menos de *três décimos por cento dos eleitores* de cada um deles.

Justificando sua iniciativa, o autor aduz que, no contexto dos inúmeros problemas causados pela atual multiplicação dessas agremiações, a proposição em exame objetiva “colocar um parâmetro mais realista e justo como pré-requisito para se formar e constituir um partido político”.

Em apenso, acham-se os seguintes projetos de lei:

- **PL nº 7.026, de 2013**, da Deputada MARINA SANTANNA, que Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para dispor sobre critérios à criação de novos partidos;

- **PL nº 126, de 2015**, do Deputado SERGIO VIDIGAL, que Altera o parágrafo 1º, do artigo 7º, da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, disciplinando a criação de novos partidos políticos;
- **PL nº 260, de 2015**, do Deputado LELO COIMBRA, que altera o parágrafo primeiro do artigo 7º da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e dá outras providências;
- **PL nº 640, de 2015**, do Deputado MANOEL JUNIOR, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos;
- **PL nº 8.428, de 2017**, do Deputado JOÃO GUALBERTO, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), criando a cláusula de desempenho partidário nacional pelo cancelamento do registro do estatuto do partido que não ratifique em cada eleição geral para a Câmara dos Deputados, o seu caráter nacional expresso em votos;
- **PL nº 1.352, de 2019**, do Deputado NEREU CRISPIM, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, Lei dos Partidos Políticos.

As proposições estão sujeitas à apreciação do Plenário da Casa, em regime prioritário de tramitação, tendo sido desarquivadas em 20 de fevereiro do corrente ano, conforme despacho exarado no REQ-210/2019.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do art. 32, IV, a e e, do Regimento Interno, pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos projetos, bem como quanto ao seu mérito.

No que toca à constitucionalidade formal, foram obedecidos os ditames constitucionais relativos à competência legislativa da União (CF, art. 22, I), sendo atribuição do Congresso Nacional dispor sobre a matéria, com posterior sanção do Presidente da República (CF, art. 48), mediante iniciativa legislativa concorrente (CF, art. 61, *caput*).

Não se vê, outrossim, violação a princípios ou normas de ordem material na Constituição de 1988. Os projetos conferem aplicabilidade ao disposto no art. 17 do texto constitucional, que condiciona a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, ao seu caráter nacional.

Nada temos a obstar quanto à juridicidade das proposições.

No âmbito da técnica legislativa e redação, cumpre apontar a falta da expressão “ (NR) ” em alterações legais efetuadas pelos PLs nº 4.547/2012, nº 260/2015, nº 8.428/2017 e nº 1.352/2019. Há, ainda, uma indevida expressão de revogação genérica no PL nº 7.026/2013. Deixamos de corrigir essas violações à Lei Complementar nº 95/1998, contudo, em função de nosso posicionamento quanto ao mérito. Fazemos exceção apenas ao PL nº 1.352/2019, cuja redação aprimoramos por via de uma emenda.

No mérito, entendemos que o PL nº 1.352/2019 estabelece as regras mais convenientes e oportunas para a matéria, dentre todos os projetos, merecendo aprovação.

Estamos de acordo com o nobre autor, Deputado NEREU CRISPIM, quando aduz que a importância dos partidos políticos para o exercício da democracia impõe um rigor não apenas em sua criação, mas também na demonstração de desempenho para sua manutenção. O critério proposto se afigura particularmente razoável: o cancelamento do registro se não comprovada, no período de cinco anos, a inscrição de 0,05% do eleitorado como filiados ao partido.

Ante o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade e má técnica legislativa do Projeto de Lei nº 4.547, de 2012, e dos apensados Projetos de Lei nº 7.026, de 2013; nº 260, de 2015; nº 8.428, de 2017, cujas redações não retificamos em função de nosso posicionamento no

mérito, por economia processual; e pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos Projetos de Lei nº 126, de 2015; nº 640, de 2015; e nº 1.352, de 2019, na forma da emenda substitutiva apresentada. No mérito, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.352, de 2019, e pela rejeição dos Projeto de Lei n.º 4.547, de 2012, e dos apensados Projetos de Lei nº 7.026, de 2013; nº 126, de 2015; nº 260, de 2015; nº 640, de 2015; nº 8.428, de 2017.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado KIM KATAGUIRI
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.352, DE 2019

Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer critério para o cancelamento do registro civil e do estatuto de partido político.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivos ao art. 28 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para estabelecer critério para o cancelamento do registro civil e do estatuto do partido político.

Art. 2º O art. 28 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescido das seguintes disposições:

“Art. 28

.....

V – a não comprovação, no período de cinco anos, de inscrição de 0,05% do eleitorado como filiados ao respectivo partido.

.....

§ 7º Findo o prazo mencionado no inciso V do caput sem a devida comprovação, poderá ser concedida prorrogação única pelo período de dois anos, mediante decisão fundamentada do Tribunal Superior Eleitoral.”

Art. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado KIM KATAGUIRI
Relator